

DESAFIOS ENFRENTADOS POR MULHERES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

CHALLENGES FACED BY WOMEN WITH DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION: AN
INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

DESAFÍOS QUE ENFRENTAN LAS MUJERES CON DISCAPACIDAD EN LA EDUCACIÓN
SUPERIOR: UNA REVISIÓN INTEGRAL DE LA LITERATURA

Andréa Silva do Nascimento¹
Breno Silveira de Araújo²
Maria Eduarda de Almeida Martins³
Érica Cintra de Lima⁴
Amanda Carlou Andrade Santos⁵

RESUMO: Esse artigo buscou analisar e discutir os desafios enfrentados por mulheres com deficiência na educação superior no contexto brasileiro, tendo em vista que a presença desse público ainda é caracterizada por uma série de desafios que decorrem de marcadores de identidade, além de questões como falta de acessibilidade, adaptação de materiais didáticos, demanda por formação continuada de professores na área da inclusão, preconceito e até mesmo a invisibilidade dessas estudantes como obstáculos recorrentes. Assim, a dimensão de gênero acrescenta novas camadas de complexidade, uma vez que essas mulheres frequentemente lidam com expectativas sociais e desigualdades que impactam suas trajetórias acadêmicas. Para isso, foi realizada uma Revisão Integrativa de Literatura (RIL), com base em estudos já publicados sobre o tema. Os resultados evidenciam que essas barreiras permanecem presentes na educação superior e comprometem a permanência e a participação dessas estudantes. Conclui-se que é necessário fortalecer políticas e práticas institucionais que promovam acessibilidade, inclusão e equidade, garantindo melhores condições para a permanência das mulheres com deficiência na educação superior.

Palavras-chave: Mulheres com deficiência. Educação Superior. Desafios.

¹Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ) Docente das disciplinas pedagógicas do curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro/ Campus Duque de Caxias.

²Estudante de Licenciatura em Química Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro/ Campus Duque de Caxias.

³Estudante de Licenciatura em Química Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro/ Campus Duque de Caxias.

⁴Doutora em Psicologia Social (UERJ) Docente do Atendimento Educacional Especializado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro/ Campus Duque de Caxias.

⁵Doutorado em Educação (UERJ) Pedagoga Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

ABSTRACT: This article sought to analyze and discuss the challenges faced by women with disabilities in higher education, given that this population still encounters a series of challenges stemming from identity markers, as well as issues such as lack of accessibility, adaptation of instructional materials, the need for ongoing teacher training in the area of inclusion, prejudice, and even the invisibility of these students as recurring obstacles. Thus, the gender dimension adds new layers of complexity, as these women often grapple with social expectations and inequalities that impact their academic trajectories. To this end, an Integrative Literature Review (ILR) was conducted, based on previously published studies on the topic. The results show that these barriers remain present in higher education and compromise these students' retention and participation. It is concluded that it is necessary to strengthen institutional policies and practices that promote accessibility, inclusion, and equity, ensuring better conditions for the retention of women with disabilities in higher education.

Keywords: Women with disabilities. higher education. Challenges.

RESUMEN: La presencia de mujeres con discapacidad en la educación superior sigue caracterizándose por una serie de retos derivados de los marcadores de identidad, además de cuestiones como la falta de accesibilidad y de adaptación de los materiales didácticos, la necesidad de formación continua del profesorado en materia de inclusión, los prejuicios e incluso la invisibilidad de estas estudiantes como obstáculos recurrentes. Así, la dimensión de género añade nuevas capas de complejidad, dado que estas mujeres suelen enfrentarse a expectativas sociales y desigualdades que repercuten en sus trayectorias académicas. Este trabajo, basado en una revisión integrativa de la literatura (RIL), pretende analizar y debatir los retos a los que se enfrenta este colectivo en la educación superior a partir de estudios ya publicados sobre el tema, con el fin de entablar un diálogo con las investigaciones más recientes e identificar las principales barreras a las que se enfrentan para garantizar su permanencia en el nivel educativo en cuestión.

Palabras clave: Mujeres con discapacidad. educación superior. Desafío.

INTRODUÇÃO

A presença de mulheres com deficiência na educação superior no contexto brasileiro ainda é marcada por uma série de desafios que decorrem de marcadores de identidade. Apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, especialmente no que se refere ao acesso à educação, a permanência e a participação plena dessas mulheres no ambiente universitário continuam sendo questões que merecem atenção.

Na contemporaneidade, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) pode ser considerada um importante documento que consolida a ideia da educação como um direito universal. Ao enfatizar a ampliação do acesso e a promoção da equidade educacional, esse documento estabelece uma base relevante para o debate sobre inclusão, ainda que, naquele

momento, as questões relacionadas à deficiência e ao gênero não fossem abordadas de forma mais aprofundada e articulada.

Poucos anos depois, a Declaração de Salamanca (1994) representou outro avanço significativo no campo da educação inclusiva, ao reconhecer a diversidade como parte do processo educacional. Um aspecto expressivo desse documento foi a incorporação de uma abordagem mais atenta às múltiplas formas de discriminação, reconhecendo que mulheres com deficiência podem enfrentar barreiras adicionais em razão da sobreposição de desigualdades. Mais tarde, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007) ampliou essa discussão ao firmar, entre os Estados-Partes, o compromisso com a igualdade de condições para o acesso e o exercício dos direitos garantidos.

A partir desse conjunto de documentos, é possível perceber um movimento gradual de ampliação do conceito de inclusão: parte-se de uma compreensão mais geral do direito à educação para uma perspectiva mais complexa, que considera as especificidades dos sujeitos e as diferentes formas de exclusão. Entretanto, ainda são limitadas as produções que discutem a intersecção entre gênero e deficiência no contexto da educação superior, evidenciando uma lacuna no conhecimento científico.

Diante disso, esta Revisão Integrativa de Literatura (RIL) busca analisar e discutir os desafios enfrentados por mulheres com deficiência na educação superior, com base em estudos já publicados sobre o tema, a fim de compreender as principais barreiras à sua permanência e participação no ambiente universitário.

3

MÉTODOS

Foi realizada uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL), com abordagem exploratória, qualitativa e descritiva, utilizando estratégias de busca que abrangeram estudos publicados no período de junho de 2021 a fevereiro de 2026. A revisão foi guiada pela seguinte pergunta norteadora: “Quais os desafios enfrentados por mulheres com deficiência no ensino superior?”

Como estratégias de busca, utilizaram-se os unitermos “mulheres com deficiência”, “ensino superior”, “educação superior”, “desafios”, “invisibilidade” e “barreiras”, em conjunto com os operadores booleanos AND e OR, para agregação e ampliação dos resultados.

Inicialmente, as plataformas utilizadas foram a SciELO Brasil e o Google Acadêmico. Devido à baixa quantidade de resultados encontrados na SciELO Brasil, com apenas cinco

estudos, verificou-se que o único artigo que dialogava com a proposta desta revisão correspondia a um resultado duplicado, também identificado no Google Acadêmico. A partir dos unitermos utilizados, foram encontrados 245 resultados.

Para a seleção dos estudos, foram considerados como critérios de inclusão aqueles que respondessem positivamente às seguintes questões: (a) o estudo aborda os desafios enfrentados por mulheres com deficiência no ensino superior? (b) foi publicado entre junho de 2021 e fevereiro de 2026? (c) trata-se de um artigo publicado em periódico científico?

Ao final do processo de triagem, foram selecionados 11 estudos. Desses, quatro foram analisados de forma mais aprofundada, por apresentarem maior proximidade com o objetivo do trabalho, detalhamento metodológico mais consistente e discussões mais diretamente relacionadas às experiências de mulheres com deficiência no ensino superior. Os demais estudos foram utilizados como suporte para a contextualização teórica e o fortalecimento das análises.

RESULTADOS DISCUSSÃO

Quadro 1: Artigos selecionados de acordo com o critério de inclusão

AUTOR E ANO	PRINCIPAL DESAFIO RELATADO
Rose Clér Estivaleta Beche, Geovana Mendonça Lunardi Mendes, 2025.	O conceito de fadiga de acesso, bem como a ocorrência de preconceito de gênero e deficiência.
Andreza Vidal Bezerra, Adenize Queiroz de Farias, Jackeline Susann Souza da Silva, 2025.	As barreiras atitudinais, decorrentes da ausência da formação continuada de professores.
Adenize Queiroz de Farias, Andreza Vidal Bezerra, Fábila Halana Fonseca Rodrigues Pita, 2023.	O despreparo institucional no atendimento das estudantes, bem como episódios de preconceito de gênero e deficiência.
Lúcia Lamounier Sena, Mariana Cristina Ferreira, 2025.	As barreiras estruturais, bem como episódios de preconceito de gênero e deficiência.
Juliana Cristina Barbosa do Amaral, Luiz Renato Martins Rocha, 2025.	As barreiras estruturais e atitudinais decorrentes do desamparo institucional no atendimento das estudantes.
Manoella Treis, 2025.	As barreiras estruturais e atitudinais, bem como os episódios de preconceito de gênero e deficiência e desamparo institucional.
Jackeline Susann Souza da Silva, 2024.	As barreiras estruturais e os episódios de desamparo institucional.
Elisabete da Silveira Ribeiro, Maria Helena Menna Barreto Abrahão, 2025.	As barreiras estruturais, os episódios de desamparo institucional e o preconceito de gênero, raça e

	deficiência.
Mariana Santiago Tavares Corrêa, Raianny Kelly Nascimento Araújo, 2021.	As barreiras estruturais e atitudinais, bem como episódios de desamparo institucional e preconceito de gênero e deficiência.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), com base na literatura analisada.

No artigo selecionado intitulado “A mulher com deficiência no contexto da educação superior: uma análise de documentos normativos e orientadores”, escrito por Bezerra e Magalhães, publicado em 2024, é realizada uma revisão documental sobre os aparatos legislativos, entre os anos 1988 e 2023, que contextualizam a inserção de mulheres com deficiência no ensino superior. A abordagem adotada operou sob uma ótica interseccional a fim de determinar as situações de desigualdade além de práticas individuais, mas também como sistêmicas. Assim como pontuado na introdução deste trabalho, a Declaração de Salamanca (1994) foi o documento precursor em realçar as dificuldades entrelaçadas entre gênero e deficiência.

As autoras supracitadas ainda discorrem que, posteriormente, no Brasil, com a implementação da Política Nacional para Mulheres, há o reconhecimento do dever de implementar políticas que atendam às interseções com o gênero, sendo a deficiência reconhecida como uma delas. Com a atualização do referido documento em 2008, sublinham-se como estratégias o acompanhamento no acesso e permanência na educação superior e desenvolvimento de postura ativa para superar barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (Brasil, 2008).

Em seis artigos encontrados (Amaral, 2025; Beche e Mendes, 2025; Bezerra, 2024; 2025; Corrêa, 2025; Farias, 2023; Ribeiro, 2025; Sena, 2025), os trabalhos utilizaram entrevistas como instrumento metodológico. Assim, esses estudos apresentaram relatos sobre as experiências de mulheres com deficiência no ambiente acadêmico, nos quais se destacam: sentimentos de despreparo, insegurança e ausência de empoderamento em relação à possibilidade de ingressar e permanecer no ensino superior.

No artigo de Beche e Mendes (2025) constam relatos de mulheres com deficiência em ambiente da graduação e da pós-graduação. Neste artigo, ao todo, houve 9 relatos de experiência, todos marcados por desafios relacionados às barreiras atitudinais. Mais significativamente, o trabalho aborda o tema da corponormatividade. Assim, a corponormatividade, enquanto uma das bases em que atitudes capacitistas se sustentam, concebe os corpos com deficiência como

incapazes e inferiores a corpos sem deficiência em termos de capacidade funcional (Mello *et al.*, 2025). Desse modo, as experiências vivenciadas por mulheres com deficiência perpassam situações provenientes de um sistema que inviabiliza processos de interdependência, deslocando a responsabilidade de inclusão para o indivíduo.

Como consequência, menciona-se a fadiga de acesso, um conceito criado por Annika Konrad (2021), em que pessoas com deficiência são colocadas como principais agentes da sua própria acessibilidade. Esse fenômeno decorre da necessidade, por parte de pessoas com deficiência, de buscar acessibilidade para si, navegando entre as expectativas sociais, bem como orientar terceiros para a visibilidade de suas necessidades específicas (Konrad, 2021).

Em estudo recente, Amaral (2025) informa que um contingente de 69,2% de mulheres com deficiência desconhece a existência dos núcleos de apoio destinados ao acompanhamento de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas que fazem parte da estrutura das instituições de educação superior. Tal realidade vai na contramão dos fundamentos defendidos pelo decreto nº 12.686 de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, cuja regulamentação versa sobre as estratégias a serem adotadas a partir do Atendimento Educacional Especializado (AEE), através da promoção de:

“V - fomentar:

a) as medidas de combate à discriminação e ao capacitismo no âmbito educacional; b) o protagonismo e a participação dos estudantes que são o público da educação especial na formulação, inclusive por meio de movimento de autodefensores, na implementação, no monitoramento e na avaliação das ações da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva; e c) a participação da comunidade, da família e dos estudantes nas discussões relativas ao aperfeiçoamento da oferta da educação especial inclusiva;”

No artigo de Bezerra et al (2025), as respostas das entrevistadas foram orientadas de forma a saber como o processo de aprendizagem nas academias vem se desenvolvendo. A pesquisa coletou 6 relatos, dos quais duas estudantes expressaram que o processo formativo contempla uma preparação plena para o mercado de trabalho, apesar das dificuldades e inseguranças enfrentadas durante essa formação. Os relatos restantes apontam para o despreparo institucional no atendimento dessas estudantes com deficiência, partindo de fragilidades pertinentes ao nível do ensino fundamental e à baixa formação docente na área de educação inclusiva.

O artigo de Sena e Ferreira (2025), que analisa a experiência de mulheres com deficiência visual no ensino superior, mostra que, mesmo existindo iniciativas de apoio dentro das

instituições, a permanência dessas estudantes ainda depende muito do esforço individual. As autoras destacam que a acessibilidade nem sempre é pensada de forma contínua ou estruturada. Com isso, as próprias alunas buscam, por iniciativa própria, as respectivas adaptações e explicar suas necessidades e, em alguns casos, orientar professores sobre como conduzir as atividades.

Além disso, aparecem dificuldades como atraso na disponibilização de materiais acessíveis, falta de preparo por parte dos docentes e limitações no uso de tecnologias assistivas. Tudo isso faz com que a trajetória acadêmica dessas mulheres seja mais cansativa e exigente, já que elas precisam lidar não só com as demandas do curso, mas também com barreiras que poderiam ser evitadas (Sena e Ferreira, 2025). Assim, o estudo mostra que a inclusão, apesar da previsão legal, não se materializa de forma completa no cotidiano da universidade.

Já o estudo de Ribeiro e Abrahão (2025) traz relatos de três estudantes e contribui na reflexão de como diferentes formas de desigualdade se cruzam na experiência dessas mulheres. A pesquisa mostra que racismo, machismo e capacitismo não aparecem separados, mas juntos, influenciando diretamente a forma como essas alunas vivem suas trajetórias acadêmicas.

Os relatos também apontam questões como dificuldades financeiras, necessidade de trabalhar cedo, maternidade e falta de políticas de permanência como fatores que dificultam a continuidade dos estudos. Além disso, essas estudantes não se sentem plenamente reconhecidas dentro da universidade, tendo suas demandas ignoradas ou pouco valorizadas. Mesmo assim, o estudo também mostra que essas mulheres desenvolvem formas de resistência e seguem construindo seus caminhos, o que reforça que suas trajetórias não são apenas marcadas por dificuldades, mas também por força e persistência (Ribeiro e Abrahão, 2025).

Pelo exposto, o artigo de Treis (2025) discute como mulheres autistas vivenciam a educação em diferentes níveis, incluindo a universidade. A autora mostra que o ambiente acadêmico funciona com base em padrões de comportamento e interação que nem sempre consideram a diversidade das pessoas, especialmente quando se trata de questões relacionadas à neurodiversidade. Nesse contexto, muitas mulheres autistas acabam se adaptando para se encaixar, o que pode gerar cansaço emocional e sensação de não pertencimento. O estudo também discorre sobre o “mascaramento”, ou seja, quando a pessoa tenta esconder características do autismo para ser aceita socialmente, algo que pode ter impactos negativos ao longo do tempo. Apesar disso, as experiências apresentadas mostram que essas mulheres também criam formas de lidar com essas situações, seja buscando apoio, seja encontrando

maneiras próprias de aprender e se expressar. Assim, o artigo não só aponta os desafios, mas também abre espaço para pensar em outras formas de construir uma educação mais inclusiva.

Treis (2025), em sua escrita, alicerçada na experiência de mulheres autistas na academia, aponta como o espaço da educação superior ainda opera sob a lógica capitalista de produtividade, requerendo uma postura de autogerenciamento e desempenho. Assim, Beche e Mendes (2025) corroboram este argumento ao assumir este território como um ambiente hostil e adota o conceito corponormatividade, em que ocorre a primazia por indivíduos que consigam se adequar às demandas materiais e sociais do ambiente em que estão presentes, como mencionado anteriormente.

Já ao descrever a situação vivenciada por uma aluna com deficiência física numa universidade localizada na região do Nordeste brasileiro, Souza da Silva (2024) demonstra que o ambiente não possuía acessibilidade arquitetônica para atender a estudante no seu direito de ir e vir. Entretanto, a autora ressalta que a acessibilidade atitudinal, promovida pela equipe docente, contribuiu para a permanência da estudante. A autora, a partir da progressão da estudante no curso e em projetos de pesquisa, pontua a acessibilidade atitudinal como um fator importante em garantir a presença no espaço acadêmico e, no caso dos professores, pode atuar como um incentivo a planejar aulas mais inclusivas.

8

Em contrapartida, destaca-se o estudo de Corrêa et al. (2021), que analisam dados de matrícula e conclusão de estudantes com deficiência no ensino superior entre 2010 e 2020, em uma universidade pública brasileira. Os resultados indicam que, embora tenham sido registradas 122 matrículas, apenas 29 estudantes concluíram seus cursos no período analisado. Entre os concluintes, 18 eram mulheres, o que representa a maioria nesse grupo. No entanto, o número reduzido de formandos evidencia que a permanência ainda é um dos principais desafios enfrentados por estudantes com deficiência.

O estudo reforça que o debate sobre inclusão na educação superior precisa ir além do acesso, considerando a permanência e a conclusão dos cursos como dimensões centrais. As dificuldades enfrentadas ao longo da trajetória acadêmica indicam a presença de barreiras estruturais que ainda não foram superadas. Na contramão, o artigo de Souza da Silva (2024) demonstra que houve apoio atitudinal. Assim, os estudos em foco mostram que, quando há barreiras de acessibilidade, é possível reduzi-las com acompanhamento contínuo com base nas políticas vigentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão integrativa da literatura realizada neste trabalho, considerando o recorte temporal de junho de 2021 a fevereiro de 2026, conclui-se que ainda há uma quantidade reduzida de estudos que abordam de forma direta a relação entre mulheres com deficiência na educação superior. Esse dado evidencia, não apenas uma lacuna na produção acadêmica, mas também a persistente invisibilidade desse grupo dentro das discussões sobre inclusão educacional.

Embora existam avanços importantes nas legislações e diretrizes da educação inclusiva, que já reconhecem as múltiplas formas de discriminação enfrentadas por mulheres com deficiência, observa-se que essas garantias ainda não se traduzem de maneira efetiva no cotidiano das instituições de educação superior. Na prática, os desafios permanecem e impactam diretamente a trajetória acadêmica dessas estudantes. Além disso, os estudos analisados indicam que essas dificuldades não ocorrem de forma isolada, mas se articulam com questões de gênero, raça e deficiência, reforçando desigualdades já existentes e tornando a experiência dessas mulheres ainda mais desafiadora.

Como já discorrido, destaca-se a preocupação em superar as barreiras arquitetônicas, relacionadas à estrutura física das instituições, que muitas vezes não atendem às necessidades específicas das estudantes. Para além do ambiente, as barreiras atitudinais, que envolvem desde a falta de preparo até a ausência de sensibilidade por parte da comunidade acadêmica, constituem outra dimensão de desafio na jornada universitária. Dessa forma, para além da ampliação do acesso, é fundamental investir em ações institucionais efetivas, que garantam condições reais de permanência, participação e desenvolvimento acadêmico.

AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTO

Ao IFRJ e ao CNPq, pelo financiamento.

REFERÊNCIAS

AMARAL JCB, ROCHA L.R.M. Desafios de acessibilidade enfrentados por mulheres público da educação especial na educação superior. *Educação*, v. 48, n. 1, art. e47733, 2025.

BECHE R.C.E., MENDES G.M.L. O que nos mostra a produção científica sobre as mulheres com deficiência no Ensino Superior? *Revista Educação Especial*, v. 36, n. 1, p. 1-30, art. e48, 2023.

BECHE RCE, MENDES G.M.L. A retórica do capacitismo nas histórias de mulheres com deficiência: A presença política emergente nas encruzilhadas do ensino superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 31, art. e0202, 2025.

BEZERRA A, MAGALHÃES R. A mulher com deficiência no contexto da educação superior: Uma análise de documentos normativos e orientadores. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 30, art. e0123, 2024.

BEZERRA A, et al. Narrativas de mulheres discentes com deficiência sobre aprendizagem na educação superior. *Revista Inter-Ação*, v. 50, n. 1, 2025.

BRASIL, 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 22 maio 2026.

BRASIL, 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm#art23. Acesso em: 22 maio 2026.

BRASIL, 2004. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/arquivo/planonacionaldepoliciticasparaasmulheres.pdf>. Acesso em: 22 maio 2026.

CORRÊA, M.S.T., ARAÚJO R.K.N. Acesso e permanência das mulheres com deficiência no ensino superior: Refletindo sob a ótica da inclusão. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 7, art. e26510716670, 2021.

FARIAS A.Q, et al. O acesso de mulheres com deficiência nas universidades federais nordestinas: Um diálogo interseccional à luz de contribuições feministas. *Revista Eventos Pedagógicos*, v. 14, n. 3, p. 591–602, 2023.

MELLO, L.F, et al. Que corpo é esse? Breves reflexões sobre corponormatividade, capacitismo e senso comum. *Global Academic Nursing Journal*, v. 6, n. Spe.1, art. e498, 2025.

RIBEIRO E; ABRAHÃO M. Mulheres jovens, universitárias, negras e com deficiência: Resistindo para existir. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 11, 2025.

SENA L, FERREIRA M. Interseccionalidade e ensino superior: Experiências de alunas com deficiência visual no ambiente acadêmico. *Apae Ciência*, v. 23, n. 1, p. 114–128, 2025.

SOUZA JSS. (In)acessibilidade na graduação em pedagogia: Narrativas de uma universitária com deficiência. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, v. 11, n. 1, art. e0240004, 2024.

TREIS M. Dissonâncias na sala de aula: Vivências de mulheres autistas na educação básica e superior. *Caderno Espaço Feminino*, v. 38, n. 1, p. 381–402, 2025.

UNESCO, 1990. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291>. Acesso em: 22 maio 2026.

UNESCO, 1994. Declaração de Salamanca: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 22 maio 2026.

WUO AS, CARVALHO JG. Fadiga de acesso: O trabalho retórico da deficiência no cotidiano. Instituto de Psicologia e Análise do Comportamento (InPa), 2024.